



Ciclo de Colóquios do pensar

É preciso melhorar a auto-estima

O reforço da auto-estima de cada um é fundamental para reforçar mecanismos de defesa contra a depressão ou o stress. Este foi um dos aspectos que resultou do colóquio sobre desânimo aprendido, alexitimia e resiliência, o qual teve como oradores João Pires e João Ruivo.

O segundo debate organizado pela secção de Castelo Branco da Associação Nacional de Professores, em parceria com o Ensino Magazine, ultrapassou as expectativas e abordou assuntos como desânimo aprendido, alexitimia e resiliência. Nos temas complicados para temas actuais e que envolvem toda uma comunidade. João Pires, investigador e professor, desmistificou as ditas expressões e demonstrou como aqueles três aspectos afectam as pessoas.

Aquele responsável lembrou que à dificuldade de verbalizar e expressar os sentimentos dá-se o nome de alexitimia, que o desânimo aprendido surge das adversidades com que as pessoas se deparam, gerando situações de depressão e stress. E que a resiliência é a resistência às adversidades.

No entender de João Pires, “o reforço da auto-estima é fundamental para reforçar mecanismos para o desânimo aprendido”. Segundo aquele responsável,

o melhor terapeuta para dar resposta às adversidades é o amigo. Acontece que hoje vivemos numa sociedade onde por vezes é difícil encontrar os verdadeiros amigos.

Ao nível escolar, João Pires, criticou o facto da “escola apostar só nas competências cognitivas, o que é um modismo. A escola deveria também desenvolver as competências emocionais”.

Curva do desencanto

Já João Ruivo abordou o tema numa outra perspectiva. Aquele docente e investigador, considera que “estamos numa conjuntura histórica. Esta não é melhor altura para se ser professor. Os professores são sobreviventes das pressões externas”.

No entender de João Ruivo, “existe uma agressão intencional e provocadora para com os professores, no sentido de desviar a atenção do que é fundamental, que é o acto de educar”. O mais grave é que mesmo aqueles professores que constituíam um núcleo duro e que estavam sempre disponíveis para a escola, estão a baixar os braços.

No fundo e perante uma plateia que quase encheu o último andar do Bar Património, em Castelo Branco, defendeu-se uma atitude “pedagógica, no sentido de recuperar o humanismo perdido, para que estejamos atentos à nova moral materialista e por isso vazia. Tudo para se conseguir um homem mais digno, que se quer mais culto para ser mais livre, construir um mundo mais cordial e compreensivo, criando um espaço mais afectivo, onde se interligam os campos material espiritual e cultural”. JC

VASCO JUZARTE ROLO

Comunica a todos os seus pacientes que devido a problemas de ordem profissional e pessoal, interrompe a sua actividade na clínica privada temporariamente.

Logo que possível tenciona retomar a actividade profissional.

Domingues de Azevedo critica Administração Fiscal

Ctoc envia queixas à PJ

Desde 2006 a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas já enviou 745 queixas para o Ministério Público e Polícia Judiciária, por fraudes fiscais detectadas pelos seus membros. Quem o garante é Domingues de Azevedo, presidente da instituição que só no distrito tem 1200 membros.

Domingues de Azevedo, presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) sublinha, ao Reconquista, que, desde 2006 e até agora, foram enviadas ao Ministério Público, Polícia Judiciária e Direcção-Geral dos Impostos, 745 queixas relativas a processos de fraude e evasão fiscal detectados pelos Técnicos Oficiais de Contas (TOC). Aquele responsável salienta o papel importante dos TOC na sociedade portuguesa, e refere a importância do trabalho dos cerca de 77 mil Técnicos Oficiais de Contas existentes no país, 1200 dos quais no Distrito de Castelo Branco.

De acordo com o presidente da Câmara, a CTOC remete para as autoridades competentes cerca de quatro participações. Apesar dos números terem vindo a diminuir, Domingues de Azevedo refere que ainda há situações “escandalosas”, como é o caso das “facturas falsas, de elevados montantes, provenientes de empresas que já cessaram a sua actividade há muitos anos”. O responsável sublinha que o Fisco tem de ter uma atitude «musculada» na fiscalização, especialmente para os denominados «grandes contribuintes», mas alerta, por outro lado, que ainda temos de “percorrer um grande caminho no campo da justiça fiscal”.

Direitos por salvar

Domingues de Azevedo aponta o dedo à Administração Fiscal ao afirmar que, actualmente, “os direitos dos



Domingues de Azevedo refere que há escândalos a que é preciso por cobro

contribuintes não estão, em muitos casos, salvaguardados”. O presidente da maior organização de regulação profissional do país preconiza a eliminação de legislação e procedimentos que vão contra os direitos dos sujeitos passivos. Domingues de Azevedo exemplifica: “na relação com a Administração Fiscal, o contribuinte é, muitas vezes, injustamente tratado. Unilateralmente o Fisco decide que o contribuinte é devedor e age em conformidade. O que não é correcto, porque quando o cidadão recorre ao Tribunal, este acaba, também, muitas vezes, por lhe dar razão”.

O presidente da CTOC refere que uma das formas de prevenir que muitos dos conflitos entre contribuinte e Fisco acabem em Tribunal passa por constituir «comissões de conciliação», com representantes do Ministério das Finanças, do Ministério Público e da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. Essas comissões iriam acabar com o «arrastamento» que os casos têm nos fóruns judiciais. Domingues de Azevedo já apresentou a proposta ao Governo.

Falando da classe que preside, Domingues de Azevedo diz que a sociedade já não olha para o Técnico Oficial de Contas como “o pro-

fissional que se ocupa dos papéis das empresas, mas como técnicos credenciados, de aconselhamento nos seus negócios. O TOC é actualmente um «parceiro» na decisão, porque agrupa um nível de conhecimentos que o licencia a «orientar sustentadamente o comportamento dos mercados, da legislação e dos riscos inerentes aos projectos de investimento”.

Domingues de Azevedo exemplifica que a crise que muitas das empresas portuguesas vivem na actualidade resulta da “falta de acompanhamento técnico por parte de profissionais da Contabilidade”.

Duas listas candidatas

CTOC vai a votos

Com as eleições para os corpos sociais da CTOC agendadas para 7 de Dezembro, Domingues de Azevedo apresenta-se novamente como candidato. Ao seu lado surgem Manuel dos Santos e Rui Rio, na Assembleia-Geral. Às eleições concorre também Edite Tibúrcio. Saiba o que cada um propõe.

Em termos de propostas, a candidatura de Domingues de Azevedo, defende o fomento do fundo de pensões dos TOC, que actualmente regista 4,5 milhões de euros, a criação da “casa do TOC”, inicialmente em Lisboa e no Porto, desenvolver novos sistemas de saúde alternativos, bem como conceber sistemas de solidariedade social, entre outros.

Outra das grandes apostas da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, que conta com 13 representações espalhadas pelo País, incluindo as regiões autónomas, prende-se com o desenvolvimento de métodos à distância na formação dos seus membros. O projecto-piloto arrancou no início da semana estima-se que esta funcionalidade, que vai permitir que os Técnicos Oficiais de Contas tenham acesso a formação, independentemente do local onde residam e trabalhem, esteja completamente implementada no decorrer do primeiro semestre de 2008.

Já a outra lista candidata é liderada por Edite Tibúrcio, surgindo José Mendes, na Assembleia Geral e Luís Almeida, no Conselho Fiscal.

Entre as medidas propostas, destacam-se as de “requerer à tutela que suspensa o pedido de alteração do Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, apresentado pela actual Direcção em virtude de, as alterações propostas não serem do conhecimento da classe, nem terem sido aprovadas em Assembleia Geral; e de promover a divulgação da alteração do Estatuto requerida pela actual Direcção, desenvolver as acções necessárias à sua discussão pela classe de que deve recolher sugestões de alterações que contribuam para a melhoria da versão divulgada e assim ser possível apresentar uma versão final à classe que sobre ela se pronunciará em referendo”.